



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 18 de julho de 2025

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,04% São Paulo	136.187 14/7	R\$ 5,547 (- 0,26%)	11/julho 5,547 14/julho 5,584 15/julho 5,558 16/julho 5,561	R\$ 6,434	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24

GUERRA COMERCIAL / Ao falar à nação em rede de rádio e TV, presidente reprovou novamente ações norte-americanas no que diz respeito à economia e chamou apoiadores de Trump no Brasil de “traidores da pátria”

Tarifas são “chantagem inaceitável”, diz Lula

» LARA PERPÉTUO
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em pronunciamento veiculado em rede nacional na noite de ontem, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que as tarifas de 50% impostas ao Brasil pelos Estados Unidos, divulgadas por meio de carta de Donald Trump nas redes sociais, são inaceitáveis e que políticos brasileiros que as apoiam são “traidores da pátria”.

Segundo Lula, o país “sempre esteve aberto ao diálogo”, por meio de proposta de negociação enviada aos EUA no último 16 de maio e mais de dez reuniões realizadas. Apesar disso, em vez de resposta, o governo brasileiro recebeu “chantagem inaceitável em forma de ameaça a instituições brasileiras”, com informações falsas acerca do comércio com os Estados Unidos.

“Minha indignação é ainda maior por saber que esse ataque ao Brasil tem apoio de alguns políticos brasileiros”, afirmou o presidente. “São verdadeiros traidores da pátria.” Para ele, tais representantes “não se importam com a economia do país e os danos causados” à população.

Lula também reforçou que “tentar interferir na Justiça brasileira é um grave atentado à soberania”, no que diz respeito a pronunciamentos de Trump acerca de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) que investiga, entre outros possíveis responsáveis por tentativa de golpe de Estado em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

“No Brasil, ninguém está acima da lei”, reforçou, referindo-se, também, à atuação das plataformas digitais estrangeiras no país. Ele afirma que é preciso proteger famílias e organizações brasileiras de pessoas que utilizam das redes sociais para, entre outros, promover crimes, violência e atacar a democracia.

Reprodução



Em pronunciamento de rádio e TV, Lula afirmou que não vai aceitar intromissão dos EUA nos assuntos internos e defendeu o multilateralismo

O presidente afirmou que se reúne, no momento, com representantes da sociedade civil, de setores produtivos e de sindicatos a fim de defender o Brasil da ameaça externa. Além disso, garantiu que segue “apostando nas boas relações diplomáticas e comerciais, não apenas com os Estados Unidos, mas com todos os países do mundo”; e ressaltou parcerias comerciais com União Europeia, Ásia, África e América Latina.

Por fim, Lula defendeu o Pix, mais recente alvo de Donald Trump. Segundo ele, o método de pagamento é “patrimônio” do povo

brasileiro, sobre o qual o governo não aceitará ataques.

“Se necessário, usaremos todos os instrumentos legais para defender nossa economia”, finalizou. “Desde recursos da Organização Mundial do Comércio até a lei da reciprocidade aprovada pelo Congresso Nacional. Não há vencedores em guerras tarifárias. Somos um país de paz, sem inimigos. Acreditamos no multilateralismo e na cooperação entre as nações. Mas que ninguém se esqueça: o Brasil tem um único dono, o povo brasileiro.”

Big techs

Mais cedo, em discurso no 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lula já havia defendido o diálogo multilateral e disse que não vai permitir que ninguém “se intrometa” nos assuntos do país. “Não é um gringo que vai dar ordem para este presidente da República”. Lula foi ovacionado no evento em diversos momentos, principalmente quando se referia ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Lula afirmou também que o Brasil não cederá à pressão da

Casa Branca em relação à regulação e à tributação das plataformas de redes sociais no Brasil. “Vamos cobrar imposto das empresas americanas digitais”, afirmou.

Diferente do pronunciamento oficial, no encontro com estudantes o presidente citou nominalmente o ex-presidente Jair Bolsonaro, culpando a ele e a seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), pela taxação imposta por Trump. “Eles não tiveram preocupação com os prejuízos que essa taxação vai trazer ao

Brasil, à indústria, ao agronegócio”, declarou.

Lula aproveitou para pedir aos jovens que reflitam sobre as eleições do ano que vem. “É importante que vocês, ao saírem daqui, comecem a pensar que Brasil querem a partir de 2026. Temos que conversar muito com a juventude, porque ela é muito vulnerável às redes digitais. Precisa distinguir a mentira da verdade. Chamar a atenção da forma mais carinhosa possível: se quisermos mudar o Brasil, vamos ter que mudar de atitude. É preciso trabalhar um pouco mais, se dedicar e saber o que vamos querer. O debate não pode ser só dentro da universidade. Tem que sair e ir para a rua”, afirmou.

Negociação

Em outro momento do dia, ao conceder entrevista à âncora Christiane Amanpour, da CNN norte-americana, Lula reforçou estar aberto a conversar com a Casa Branca para negociar a tarifação. “O Brasil deve cuidar do Brasil e cuidar do povo brasileiro. O Brasil não aceitará nada que lhe seja imposto. Aceitamos negociação e não imposição”, afirmou o petista.

“Não vejo o presidente Trump como um presidente de extrema-direita. Vejo como o presidente dos EUA. Ele foi eleito pelo povo americano. Não interessa se eu gosto dele ou não, em termos de ideologia. O que interessa é que ele é o presidente dos EUA e eu sou o presidente do Brasil. Então a melhor coisa é nós sentarmos em uma mesa e conversa”, pontuou.

Ainda na entrevista, Lula questionou gastos com armamentos militares e cobrou ação do Conselho de Segurança da Organização Internacional das Nações Unidas (ONU), no combate aos conflitos.

EUA preparam nova ofensiva

» RAFAELA GONÇALVES

O governo dos Estados Unidos intensificou suas críticas ao Brasil por supostas práticas comerciais consideradas “injustas”. Em documento que deve ser publicado nesta sexta-feira no Federal Register — o diário oficial norte-americano —, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) aponta que políticas brasileiras estariam prejudicando empresas de tecnologia americanas, cerceando a liberdade de expressão e criando obstáculos à inovação.

Entre os principais alvos estão decisões judiciais brasileiras e regulações no ambiente digital. O texto cita especificamente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o uso de ordens judiciais “secretas” que, segundo o USTR, afetam diretamente plataformas digitais dos EUA. “Cortes brasileiras emitiram ordens secretas instruindo empresas americanas de redes sociais a censurar milhares de postagens e desativar contas de dezenas de críticos políticos,

incluindo cidadãos dos EUA, por discursos legais em solo americano”, afirma o documento.

Para o advogado Gustavo Cavalcante Zilli, mestrando em Direito Internacional pelo escritório Callado, Petrin, Paes e Cezar Advogados, a investigação contra o Brasil com base tem um componente político evidente. “O elemento político na decisão de iniciar uma investigação contra o Brasil é nítido”, destaca.

A investigação foi aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, de 1974. Entre as práticas comerciais consideradas “desleais”, o documento destaca as disputas judiciais entre o governo brasileiro e plataformas digitais dos Estados Unidos.

“É significativo que essa menção venha junto à referência ao julgamento do STF, que trata da responsabilidade das plataformas digitais. As big techs não são apenas pilares da economia americana, mas também instrumentos de soft power global e grandes detentoras de dados pessoais de valor imensurável”, ressalta o especialista. Para

AFP



os Estados Unidos, essas decisões aumentam o risco de prejuízo econômico às empresas e impõem limites à liberdade de expressão — inclusive de cunho político.

O advogado também aponta que a forte presença das plataformas digitais no cotidiano brasileiro pode estar na raiz da preocupação americana. “O Brasil tem um engajamento massivo nas redes sociais, com centenas de milhões de consumidores.

Isso, por si só, já desperta atenção do governo dos EUA”, diz.

Pix

O relatório também critica o que classifica como favorecimento a soluções locais no setor de pagamentos digitais. Sem citar diretamente o Pix, o texto se refere ao “favorecimento de serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo” em detrimento de

concorrentes internacionais, o que, segundo o USTR, configura uma prática comercial injusta.

Para o economista Otto Nogami, professor do Insper, a preocupação americana não está relacionada à eficiência ou aos benefícios do Pix para os brasileiros, mas ao impacto do modelo estatal sobre empresas privadas, especialmente as estrangeiras. “A reclamação não questiona o sucesso do Pix no Brasil, mas sim o fato de que

Documentos do governo Trump trazem acusações contra a prática comercial no Brasil, consideradas injustas

ele é um sistema estatal altamente competitivo, o que pode afetar o ambiente de negócios para empresas privadas”, afirma.

“O Pix foi desenvolvido e é operado pelo Banco Central do Brasil, uma entidade governamental. A preocupação é que um sistema com adesão massiva e transações de custo muito baixo ou zero possa desfavorecer empresas privadas, incluindo americanas, como bandeiras de cartão de crédito e processadoras de pagamento, que baseiam seus modelos em taxas de transação”, explica.

Segundo o economista, a rápida migração de usuários para o Pix já afeta diretamente a receita e a participação de mercado de empresas que atuam com meios de pagamento tradicionais. “Há uma perda real de volume de negócios, o que impacta as receitas dessas companhias, muitas delas americanas.”

Nogami também destaca que o protagonismo do sistema público pode ser visto como uma barreira à entrada ou à expansão de soluções estrangeiras. (Com Agência Estado)